**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE AGOSTO DE 2018 DO CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA**

Ao primeiro dia do mês de agosto de 2018, realizou-se a 6ª reunião ordinária do ano, sob o comando da presidente Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, pedindo a Deus que nos conduza, iniciou os trabalhos no horário regulamentar. Em seguida ordenou a mim secretária geral, a leitura da ata de julho, aprovada com algumas alterações, pelas conselheiras presentes: Aparecida Maria Prado, Ana Maria Lanatovisk, Deborah Bittencourt Malheiros, Elisabeth Valente, Erica Zoeller Veras, Layla Sueiro Lopes Silva, Marisa Ferreira da Silva Lima e Valquiria Prando e a presença da futura conselheira, aguardando edital, Milena Massuko Suegama. Na sequência foram lidas as justificativas válidas enviadas pela via eletrônica das conselheiras Clarice Maria de Jesus D’Urso, Elizabeth Russo Nogueira de Andrade, Margarete Gonçalves Pedroso,Maria Augusta Caitano dos Santos Marques, Mildima Ferreira Lima, Rosmary Correia e Tânia Gonçalves. Faltaram as conselheiras Elisa Gabriel da Costa, Katia Cristina Rodrigues Silva, Liv Nagashima Costa, Marcia Campos Pereira, Maria Aparecida de Souza Costa Silva, Maria Thereza Suzano Ortale, Marli Parada, Marly Lautenschlager Cortez Alvez, Meire Nogueira Ferreira Rocha, Sandra Andreoni e Vera Golik. A Conselheira Joceleide Caetano de Souza aguarda substituição, portanto justificada, e, Paula Sant’Anna Machado de Souza, foi substituída por Mariana Tonolli Chiavone Delchiaro faltosa. Na sequência a presidente informou que encerrando a pauta, teremos a apresentação dos projetos de duas candidatas nas próximas eleições: Lia Lopes e Hailey Kaas. Seguiu cobrando a atuação das comissões, entendendo que as eleições próximas, traz insegurança e uma atribulada rotina impostas por tantas mudanças, principalmente para as conselheiras governamentais. Mas cobrou mais empenho. Falou dos cartões de visita, prontos para aquelas que aprovaram e encomendaram no prazo. Continuou em homenagem a este, lembrando da irreparável perda do já saudoso Dr.Hélio Bicudo, morto na semana. Ilustre figura pública que “construiu muitas coisas e fez muito pelas mulheres”, ressaltou Maria dos Anjos. Em seguida, informou que lamentavelmente e de forma infeliz, o deputado Barros Munhoz, dias passados, em plenário, proferiu ríspidas palavras, no momento em que se discutia o problema ocorrido no porto de Santos, sobre a retenção de animais vivos para exportação. As palavras e o fato foram considerados por Maria dos Anjos, acompanhada pelas presentes, como inaceitável. A presidente salientou que a sessão, palco do ocorrido, foi presidida pela deputada Ana Alice Fernandes, que tentou abrandar os ânimos, em vão, pois a fala agrediu à todas as mulheres, ainda que supostamente o orador tenha destinado à uma colega da câmara, pelo teor do seu pronunciamento*......” prefiro a companhia de boi, que a companhia de certas vacas políticas........”.* Por tais fatos a presidente sugeriu que o CECF, protocole no gabinete do deputado e no partido deste, um documento com um pedido de desagravo. Sugestão aprovada por todas. Deu sequência mencionando que em 07/08/18, a Lei 11.340, “lei Maria da Penha”, completará 12 anos de vigência, sugerindo que o CECF realize um evento comemorando a lei, que representa um divisor de águas na luta contra a violência contra as mulheres. Indicando o auditório da sub prefeitura de Santana, aproveitando assim os conhecimentos e disponibilidade da vice presidente Rosemary Correa e da futura conselheira Milena Massuco Suegama, ou alguém por esta indicada, caso não consiga estar presente. A conselheira Erica Zoeller complementou sugerindo que fosse do tipo painel, para melhor atender as possíveis dúvidas da plateia. Assim Érica deverá mediar a mesa. Ideia aprovada, que deverá ser confirmada e se tal, enviado convite eletrônico à todas para que divulguem o intento. Seguindo para a segunda parte da pauta, a presidente deu as boas vindas, às candidatas precitadas, ressaltando que o interesse do CECF é apartidário com foco exclusivamente nas propostas de cada candidata, que tenham como alvo, políticas públicas para as mulheres. Convocou as conselheiras presentes que se apresentassem de forma breve, para que as candidatas possam conhecer o perfil da composição do CECF. Após o que, a candidata Lia Lopes, 30 anos, se apresentou, dizendo que começou no movimento aos 15 anos, lembrando que ainda é pré-candidata do PSB, uma vez que a convenção se realizará no próximo sábado. Como candidata a deputada federal, Hailey Kaas, do partido PSOL, informou que milita nos movimentos sociais, nos quais dirige seu trabalho para a população transgênero. Lia Lopes iniciou dizendo *“não basta ser mulher na política, tem que ter trabalho para mulheres”.* Falou sobre a regulamentação do aborto, que põe em risco a vida das mulheres e considerou que, além do número ínfimo de mulheres no parlamento, as diferenças ideológicas, também dificultam a pauta de regularização do tema. Lia também falou do importante papel do legislativo, que é a fiscalização das leis já existentes. Lembrou da dificuldade de atuação da SPM – Secretaria Nacional de de Políticas Para as Mulheres, uma luta importante. Falou da participação das mulheres na política e os recursos dos partidos destinados à elas, considerando ponto relevante em sua luta. Informou que está em andamento uma ADIN, para decisão do STF contra a utilização dos recursos de 30% do fundo partidário e do fundo popular, alegando que a mudança é de aplicação imediata. O MPF, seguiu, deverá fiscalizar as candidaturas femininas no congresso e na ALESP. Como presidente da instituição Elas por Elas, sua maior bandeira é a participação da mulher na política. Assumiu o desafio da câmara federal, principalmente após a Reforma Trabalhista. Disse ainda a pré-candidata da preocupação com a Reforma da Previdência, que deverá afetar a maior parte dos trabalhadores que contribuíram a vida toda. A responsabilidade na gestão pública também é seu foco, e, deverá ter o olhar das mulheres, pois serão elas as mais afetadas. Pautas que serão levadas ao congresso, encerrou. A presidente Maria dos Anjos retomou, sugerindo que ouvíssemos as duas candidatas e depois abriríamos para as perguntas. Assim, a candidata Hailey, 28 anos, iniciou dizendo que a crise afeta diretamente as minorias, quanto mais a população transgênero, da qual integra e para as quais não há políticas públicas. A população “trans” é a que mais tem evasão escolar, portanto maior dificuldade de empregabilidade. Hailey continuou falando das enormes dificuldades enfrentadas pela população “trans”, desde o uso do banheiro, até o atendimento médico. A questão “trans”, seguiu a candidata, também enfrenta a questão da violência, por parte das polícias civil e militar. Esclareceu que as travestis, que trabalham com a exploração do corpo, o fazem por sobrevivência, e, que a expectativa de vida destas, é de apenas 35 anos. Os equipamentos públicos, maltratam a população “trans”, seja ela homem ou mulher. Violência produz violência, ou seja, a maioria da população “trans” que vive na rua é composta por pessoas desconfiadas e até violentas, pois a enfrentaram desde sempre, desde quando foram postas para fora de casa por suas famílias, explicou. Esclareceu que existe um problema recorrente enfrentado pelas travestis, com relação a saúde em momentos de necessidade. Uma de suas bandeiras é a aplicação de cotas para melhorar a empregabilidade deste público, bem como campanhas que trabalhem a área da saúde, do trabalho e principalmente da segurança. Indo para o fim de sua apresentação, questionou a colega pré-candidata, sobre a possibilidade, aventada por esta, de homens se declararem em cartório como sendo mulheres “trans”, para receberem verbas destinadas às mulheres nos partidos, finalizou. A presidente tomou a palavra, questionando a candidata Lia Lopes, como ela considera que será a sua atuação com relação a aplicação ao fato da voz dos parlamentares, fluírem pelos líderes dos partidos, e, a candidata Hailley, sobre a Lei 10.321/99 que sancionou o projeto “Frente pelo Trabalho, sugerindo que a candidata se aproxime desta lei, para o público que embandeira. A conselheira Marisa Ferreira, pediu a palavra adiantada, devido a compromisso que se aproximava, e seguiu alertando às candidatas, que a primeira coisa que tem que ser revista, são leis antigas, ainda em vigor, à exemplo, a lei que determina que o marido deva autorizar a mulher, quanto a prática de determinados atos, como a laqueadura. Marisa, desafiou, porque não pensar em orçamento para capacitar profissionais da assistência e pesquisa, pois é importante delinear o futuro da “hormonioterapia”, desconhecido. Marisa Ferreira, lembrou que não só a população “trans” como as mulheres vitimizadas não são amparadas ou sequer atendidas na saúde e na segurança, ceara onde o patriarcado impera. Desculpando-se pela necessidade de se ausentar, cumprimentou à todas. Déborah Malheiros, retomou dizendo se sentir feliz pela presença e pela candidatura de jovens e “trans” e falou do panorama completo, passado pela candidata Hailey. Ressaltou que o ambulatório de travestis e transsexuais funciona desde 2.009 e que além de atender a população de travestis e transexuais possui como missão capacitar profissionais que tenham interesse de trabalhar com esse segmento. Déborah Malheiros, afirmou que a educação e direitos humanos é a chave para solução dos problemas da população “trans”. Déborah Malheiros se dirigiu a Lia Lopes, também questionando a situação de cotas x verbas das candidaturas. Beth Valente, que já foi candidata ressaltou que mesmo que a mulher seja candidata, efetivamente, por vezes é tratada como “laranja” pelos partidos adversos, como outros, e, pediu mais esclarecimentos com relação a Adin, citada por Lia Lopes. Beth Valente questionou às candidatas com relação a aplicação indiscriminada, com objetivos estéticos. Beth disse ainda que deveria ser implantado uma forma de “seguro” uma vez que esta população não tem direito a aposentadoria na maioria das vezes. Desejando sucesso às candidatas, finalizou. Milena Massuco Suegama, informou que todas nós temos projetos e preocupação com as mulheres. Pontuou que há trabalhos e projetos que atendem a população. Porém São Paulo é muito populoso e o número de DDM é o maior de todo o Brasil. Falou da dificuldade de efetivos, para manter por 24 horas as DDMs, falou sobre a capacitação dos efetivo que aborda também a questão de gênero. Milena Massuco Suegama lembrou que há muito trabalho pela frente, pois não se muda nada de imediato. Ressaltou que aplica a capacitação e diligencia o retorno. Apoiou a preocupação da conselheira Marisa Ferreira, ressaltando que fazer lei é fácil, mas sem recursos orçamentários não há aplicação do legislado. A candidata Hailey seguiu, se declarando uma pessoa “trans” privilegiada, quando teve acesso a faculdade, e, emendou dizendo que suas reinvindicações é ao estado e se disse feliz em saber da atuação do CECF e de suas conselheiras. Falou da importância da destinação orçamentária, para que as questões abordadas tenham aplicabilidade. Para isso se faz necessário a mobilização dos movimentos sociais. Lia Lopes, esclareceu que pretende assumir a presidência de comissões para ter voz, uma vez que são os líderes do partido que fala em nome dos parlamentares, lembrada e questionada pela presidente Maria dos Anjos, com relação a esta forma de atuação na câmara federal. Lia informou que estudam 03 (três)comissões. Em sua campanha, considera que 80 mil votos são necessários para elegê-la, porém perseguirá 150 mil votos, pois com estes o peso político será maior, assim como o apoio político. Maria dos Anjos, em seu aparte, sugeriu aproximação das candidatas com o mundo do trabalho. Lia Lopes, informou que o TSE permitiu em 09 de maio de 2.018, a alteração do nome social nas candidaturas, assim recebem o fundo e podem atuar. A alteração de nome social é para emissão do título de eleitor e não do RG, explicou. A referida Adin de nº 5617/2018, contra esta possibilidade, gerou polêmica e questionamentos dentre as conselheiras e convidadas. A candidata Lia lembrou que hoje 30% do recursos vem do fundo eleitoral, 30% do fundo partidário e 30% do tempo para exposição na TV, são as armas que as candidatas possuem. Finalizou dizendo que o STF decidiu que as mulheres candidatas que recebem tais recursos, deverão estes serem utilizados exclusivamente em suas candidaturas. Bem como com relação a Direitos Humanos pretende trabalhar para desmitificar o fato de que “direitos humanos” é para bandido, e sim um direito fundamental. A presidente Mariazinha, finalizou com a entrega do *“boton*” do CECF, para registrar a passagem pelo CECF. Maria antes de encerrar, esclareceu sobre as notícias na mídia sobre as clínicas de estética e cabeleireiros. A denominação esteticista antigamente era para limpar, tonificar e hidratar, procedimento que custa de R$ 200,00 a 500,00 e consomem uma hora; depois das reivindicações de alguns profissionais da área, surgiu a figura do “dermato funcional”, que cobra aproximadamente R$ 5.000,00, por aplicações que demandam apenas 30 minutos, e que tem causado estes desvios, incluindo até o uso de silicone industrial um procedimento invasivo e outros produtos tóxicos, doutrinou. Após estas preciosas explicações, convidou à todas para o registro em vídeo e fotografias. Eu Aparecida Maria Prado, secretária geral lavrei e assinei \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ apresente ata, que será lida e aprovada por todas as conselheiras oportunamente.

**MARIA DOS ANJOS MESQUITA HELLMEISTER**

Presidente